



João Godinho Soares

Eu, Godinho Soares, no IEFP

0. Apresentação

Presentemente com 72 anos e reformado/aposentado, trabalhei no Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP) entre 1 de outubro de 1986 e 31 de maio de 2020, ou seja, 33 anos e 8 meses.

É tempo suficiente para que alguém tenha achado por bem pedir-me um balanço da minha vida no IEFP. Faço-o com todo o gosto, pedindo, desde já, desculpa pela singeleza do relato, uma vez que, talvez por deformação académica – licenciiei-me em engenharia mecânica, no IST, em 1977 – tenho tendência para a objetividade e frontalidade, em prejuízo de uma incipiente e eufemística “veia literária”.

Olho para trás com tranquilidade, sem emoções fortes, sejam elas de que natureza for, uma vez que penso ser justo avaliar a minha colaboração com o IEFP com os adjetivos honestidade e empenho. Técnica, fiz o melhor que podia e sabia, quantas vezes ultrapassando, temerária e pontualmente, limites técnicos que não se exigiam ao meu cargo do momento.

Um rápido currículo, apenas com a intenção de credibilizar o que, mais adiante, comento. Fui dirigente durante mais de 22 anos, até 1 de janeiro de 2009, período durante o qual fui responsável por várias unidades funcionais dos Serviços Centrais do IEFP: armazéns, oficinas e transportes, Direção de Serviços de Organização (que estreei), Diretor de Serviços responsável pela contratação e aquisição de bens e serviços, Coordenador de Núcleo para a contratação de empreitadas e Coordenador do Planeamento de Espaços de Formação no Departamento de Formação Profissional. Fora dos Serviços Centrais, fui Diretor de um Centro de Formação Profissional, o meu último cargo como dirigente. Os anos que se seguiram, até à minha reforma, “encorajada” pelas restrições do confinamento em 2020, foram ocupados como técnico superior na Direção de Serviços de Instalações, onde desempenhei diversas funções, de que destaco o regresso à contratação pública de empreitadas e a gestão do património imobiliário do IEFP.

Entretanto, não posso deixar de referir, com orgulho, que estive na (re)criação da Comissão de Trabalhadores do IEFP, a qual coordenei entre 2010 e 2016.

O que posso salientar deste percurso?

1. Primeiros anos

Quando, em 1986, recebi um telefonema do Eng.º Armando Aleixo a convidar-me a deixar a INDEP e segui-lo numa nova aventura profissional, o IEFP era, para mim, um ilustre desconhecido. Não foram necessários grandes argumentos para me convencer a trocar as Indústrias Nacionais de Defesa pela mais pacífica atividade e pelo desafio que, à data, o Instituto do Emprego e Formação Profissional personificava.

Criado meia-dúzia de anos antes, o IEFP estava, então, em franco desenvolvimento. Uma Direção de topo que prometia um desempenho ao nível da autonomia das empresas públicas e uma gestão moderna e, sobretudo, o desenvolvimento de trabalho em áreas tão sensíveis e desafiantes como o Emprego e a Formação Profissional, constituíam uma base motivadora incontornável. E foi esse o sentimento que predominou nesses anos. Uma exaltação por algo novo, moderno, estruturante, útil e, sobretudo, suportado numa linha condutora assente na Qualidade, condição que ia precisamente ao encontro do meu interesse pessoal e profissional.

Embora não trabalhando diretamente em qualquer dos serviços nucleares do IEFP, o Emprego ou a Formação Profissional, percebia que as minhas funções na área técnica das aquisições, integrada no Departamento Administrativo e Financeiro, eram, em estreita articulação com o “*core business*” do IEFP, de enorme importância para o sucesso do Instituto.

Foi nesta época que me envolvi diretamente com a instalação de novos Centros de Formação Profissional, tais como Braga, Bragança e Vila Real, que nasciam como resultado direto da vontade governamental e do apoio financeiro da então CEE a Portugal. Havia dinheiro, havia vontade, era necessário estar à altura do desafio, cumprindo prazos e criando condições para que os objetivos de que o IEFP era agente, fossem cumpridos. E foram.

Nessa época – finais dos anos oitenta, início dos anos noventa – o IEFP era um interlocutor com peso nas opções da Tutela. Os Centros de Emprego ganhavam cada vez mais competências e produtividade. Os formandos que concluíam os seus cursos nos Centros de Formação Profissional eram disputados pelos empregadores.

2. Responsabilidades

Em 1992 dá-se uma profunda reestruturação na orgânica do IEFP, assente numa tentativa de incrementar a eficácia e eficiência operacional, traduzida essencialmente na atribuição de maior autonomia às Regiões e na redução da cadeia hierárquica. Uma reforma em que não tive grande hipótese de participar, apesar de, ironicamente, na altura ser eu o Diretor de Serviços de Organização. A frustração fez-me ponderar abandonar o IEFP nesse momento. Mas o Destino tem destas coisas. Para minha surpresa, fui convidado para Diretor de Serviços Administrativos, ou seja, para responsável por uma vasta panóplia de serviços de apoio à gestão: aquisições, contratos, transportes, armazéns, gestão de stocks, património, administração de edifícios e secretarias. O desafio era imenso. Nunca voltei as costas a um bom desafio. Aceitei ficar. Foram tempos difíceis, de imenso trabalho, inesquecíveis.

Sob minha direção, realizaram-se numerosos concursos públicos internacionais, designadamente para aquisição de equipamentos para os novos Centros de Formação. Felizmente para o IEFP, e para mim particularmente, todos concluídos com sucesso. Isto, apesar do esforço suplementar que representou a coincidência da entrada em vigor de novos procedimentos para a contratação pública, como resultado da adoção das diretivas comunitárias que então passaram a integrar o acervo legal e normativo das despesas públicas, em Portugal.

Compreensivelmente, foi grande o desgaste que, tanto física como psicologicamente, tive de superar durante quase quatro anos. Ironicamente, acabei por ser “salvo” da exaustão no momento em que superiormente alguém decidiu afastar-me do cargo. Razões? Sem mais comentários, direi apenas que há um ditado que ilustra a situação: “Mais vale cair em graça do que ser engraçado!”

3. Transformação

Estávamos então a entrar francamente num período em que se avolumava uma tendência que fez escola: a aproximação do Ensino à Formação. Salvo melhor opinião, decorrendo do *“flop”* que foi a criação de um tronco comum no ensino secundário e a consequente extinção das escolas industriais e comerciais, o Ministério da Educação viu-se a braços com a necessidade de recuperar o ensino profissional. Ora, onde é que o ensino centrado em profissões se mantinha minimamente organizado? No IEFP. A Educação-Formação, de Jovens e de Adultos e a Aprendizagem, tudo, à partida boas ideias, foram (são) projetos que submeteram a Formação Profissional aos ditames da qualificação escolar, entendida como prioritária na ambição de reduzir a baixa escolaridade que grassava no país.

Até então sujeito à lógica do mercado de trabalho, o IEFP passou a conviver, de perto, com a lógica do ensino escolar obrigatório. Esta política teve consequências sensíveis na atividade do IEFP. Alteraram-se metodologias e estratégias, tanto nos Centros de Emprego como, sobretudo, nos Centros de Formação Profissional. Paralelamente, os Centros RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais), mais tarde designados Centros Novas Oportunidades, rapidamente se transformaram maioritariamente em Centros de Certificação Escolar, ficando a Certificação Profissional em segundo plano.

Como consequência natural desta opção governativa, centrada nas qualificações escolares, a componente Formação Profissional no IEFP foi “perdendo força”. A apetência dos empregadores pelos formandos que saíam dos cursos do IEFP baixou e o IEFP deixou de ser um forte interlocutor na formação das opções estratégicas do Governo na área do Trabalho, ficando reduzido a um “mero”, mas bom, executante dessas políticas.

Não estarei longe da realidade ao afirmar que esse “enfraquecimento” foi, e continua a ser, sentido pelos colaboradores mais antigos do IEFP, nos quais me incluo. Isto não é um lamento. É uma constatação/interpretação pessoal. É um sentimento ou, como agora se diz, uma perceção.

4. Casos de Estudo

Como já referi, fui Diretor de um Centro de Formação Profissional, antes, portanto, da integração operada entre Centros de Emprego e Centros de Formação Profissional de um mesmo Concelho ou Região.

Foi das melhores e mais enriquecedoras experiências, pessoais e profissionais, que vivi.

Extremamente gratificante quando sabia de um formando que concluíra o seu curso e que, graças a isso, se empregara. Gratificante, quando via o contentamento de quem estava a aprender aquilo de que gostava. Desafiante, quando tentava dissuadir um formando que pretendia abandonar o seu curso a meio, alegando a urgência em se empregar, ainda que em trabalho menor, por necessidade de prover ao sustento familiar. Sabia, nesses casos, que era remota a possibilidade de esses formandos, uma vez integrados no mercado de trabalho voltarem à Formação Profissional, ainda que em contexto de Unidades Capitalizáveis. Mas, ficava a esperança.

Mas também, ossos do ofício, acompanhei o lamento de quantos e quantas haviam sido encaminhados para cursos que nada lhes diziam, enquanto, noutra perspetiva, tentava acomodar, de um lado, a falta de instalações adequadas com, por outro, a pressão a que o Centro era sujeito para abrir ações de formação, face à obrigação de cumprir as metas e volumes de formação impostos superiormente.

Vindo dos Serviços Centrais, senti o contraste com as condições e o ambiente que se vive numa Unidade Local. A distância à Direção Central do IEPF é, por vezes, abissal. A comunicação entre os Departamentos Centrais e os Centros, e vice-versa, é dificultada, não só pelo distanciamento físico, como pelo pesado circuito hierárquico. Apesar disso, pude testemunhar, e há que reconhecer, o “amor à camisola” dos colegas que, no terreno, asseguram o cumprimento dos superiores objetivos do IEPF.

5. Redenção

Assim que deixei de ser dirigente, aceitei representar os trabalhadores do IEPF, integrando a “ressuscitada” Comissão de Trabalhadores (CT), que coordenei durante uns exigentes seis anos, nos quais tive oportunidade de levar, ao mais alto nível da Direção do IEPF, os anseios, inquietações e justas reivindicações dos trabalhadores do Instituto.

Sucederam-se Comissões Diretivas, ao sabor das mudanças governamentais. Umas com melhor capacidade para ouvir, outras nem por isso. Embora marcado, em demasiados momentos, pela luta contra a indiferença e a arrogância, foi um período gratificante, sempre que foi possível fazer valer legítimos direitos ou consensualizar soluções.

Sem dúvida que são as pessoas que fazem o sucesso ou insucesso das organizações. E, nesse aspecto, o IEPF é de uma enorme riqueza. Há de tudo, como em todo o lado. Gente boa e gente não tão boa. Ouvi muitas pequenas/grandes histórias em que os protagonistas eram pessoas, e não números. Vidas inteiras de dedicação honesta, a par de exemplos de indiferença e desprezo pelos mais fracos. Lamentei verificar que o “*bullying*” existe mesmo. Alegrei-me com excelentes exemplos de urbanidade e justiça. De parte a parte. Mas, mesmo nos piores cenários, encontrei, quase sempre, o mesmo orgulho, a mesma gratidão, o reconhecimento de que o IEPF foi, e oxalá continue a ser, para a esmagadora maioria dos seus colaboradores, uma “grande casa”. O saldo final é certamente positivo.

O IEPF foi, para mim, o melhor que me podia acontecer, em termos profissionais, dada a minha natural capacidade de adaptação e gosto por realizar coisas. Nunca me senti contristado ao entrar no IEPF numa segunda-feira de manhã ou após férias. Sempre entrei com gosto e vontade de trabalhar, felizmente. Neste aspecto, tive sorte. Ou soube merecê-la, passe a imodéstia.

2025-02-24

J. Godinho Soares